

O Programa Bolsa Família e a Recente Queda da Desigualdade Regional de Renda no Brasil

por Raul da Mota Silveira Neto, Universidade Federal de Pernambuco e Carlos Roberto Azzoni, Universidade de São Paulo

Parece não haver dúvidas de que o Programa Bolsa Família (PBF) contribuiu de forma significativa para a redução da desigualdade de renda entre os brasileiros na última década (SERGUEI, 2012). Produto de uma oportuna relação entre a natureza do Programa e a natureza das disparidades regionais de renda no Brasil, há uma importante dimensão espacial nos impactos distributivos do Bolsa Família muito menos explorada na literatura sobre o PBF.

Em termos de concepção de política pública, o Programa Bolsa Família, assim como a universalização do acesso ao ensino básico, por exemplo, se constitui em uma política pública do tipo *spatial blind*, uma vez que seu foco é definido a partir da situação social individual, sem qualquer referência a sua localização territorial ou regional. Neste sentido, trata-se de política bastante distinta daquelas tradicionais focadas na atração de investimento produtivo (em geral industrial) para as regiões mais pobres, como é o caso da aplicação dos Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO), ou de políticas de direcionamento de créditos com condicionalidades espaciais, a exemplo do CrediAmigo, do Banco do Nordeste.

A disparidade regional de renda no Brasil caracteriza-se pelo fato de os estados mais pobres estarem geograficamente agrupados no Nordeste e Norte do país e apresentam elevados contingentes de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza: são estados pobres, vizinhos e com muitos pobres. Especificamente, por exemplo, em 2006, no Maranhão, estado mais pobre do país, existiam 39,5 por cento de pessoas com renda familiar *per capita* abaixo do limite superior de R\$100,00 do Programa Bolsa Família; já em São Paulo, tal percentual no mesmo ano era de apenas 5,8 por cento. Nesta situação, políticas públicas focadas em indivíduos mais pobres terminam por impactar relativamente mais na renda dos estados mais pobres.

Este é exatamente o caso do Programa Bolsa Família. A tabela a seguir ilustra claramente este ponto, tomando como indicador da desigualdade da distribuição de renda *per capita* entre os estados o tradicional Índice de Gini (IG). Com uma participação de apenas 0,5 por cento da renda total (média dos anos 1995 e 2006),

Tabela
Impacto do Bolsa Família sobre a Desigualdade Regional de Renda
entre as Unidades da Federação – 1995-2006 (%)

	Participação na renda total	Contribuição para redução da desigualdade regional	Elasticidades da desigualdade regional em relação às fontes de renda
Renda do trabalho	80,22	76,00	0,036
Aposentadorias e pensões	15,71	-5,4	-0,011
Renda do capital ou de propriedade	3,25	0,7	0,003
Bolsa Família	0,50	14,8	-0,020
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	0,34	8,9	-0,012

Fonte: Silveira Neto e Azzoni (2012). No período, há redução de 12,2 por cento do Índice de Gini (redução de 0,2214 para 0,1942).

os números da segunda coluna indicam que o Programa Bolsa Família foi responsável por quase 15 por cento da redução da desigualdade regional brasileira de renda entre 1995 e 2006, de cerca de 12,2 por cento. Todas as demais fontes de renda não associadas ao trabalho apresentam participação maior no total, com exceção do BPC, mas contribuíram bem menos para atenuar a desigualdade regional brasileira.

Finalmente, na terceira coluna da tabela, são apresentadas medidas (elasticidades) que informam sobre o impacto percentual relativo à desigualdade decorrente da variação em 1 por cento em cada fonte de renda. No caso do Bolsa Família, uma elevação de 1 por cento dos recursos do Programa estava associada a uma redução de 0,02 por cento da desigualdade regional (medida pelo IG). Nenhuma outra renda não associada ao trabalho apresenta impacto distributivo maior e todas as demais variações implicam custos bem maiores.

Finalmente, as evidências apresentadas na tabela deixam poucas dúvidas em relação ao papel da renda do trabalho para evolução da desigualdade regional de renda no Brasil. Com os limites de extensão do Bolsa Família perto de serem atingidos (há cada vez menos elegíveis não incluídos), provavelmente tal importância da renda do trabalho só tende a aumentar e com ela também ganham importância as políticas que permitam ao mais pobres melhor inserção no mercado de trabalho (por exemplo, a melhoria do ensino público).

Referências:

SILVEIRA NETO, Raul; Azzoni, Carlos. Social policy as regional policy: market and nonmarket factors determining regional inequality, *Journal of Regional Science*, v. 52, n. 3, p. 422-450, 2012.

SOARES, SERGEI. Bolsa Família, Its Design, Its Impacts and Possibilities for the Future. *IPC-IG Working Paper* n. 89. Brasília: IPC-IG, 2012.